



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Maximiliano de Almeida

CONTRATO ADMINISTRATIVO 021/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA, com sede nesta cidade, na Rua José Bonifácio, 340, Centro, CEP 99.890-000, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.279/0001-67, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício **CELSO BALDISERA**;

CONTRATADO: HOSPITAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO, com sede na Rua Tiradentes, município de Passo Fundo, inscrito no CNPJ sob nº 92.030.543/0001-70,

As partes acima qualificadas e abaixo assinadas, de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, firmam o presente contrato administrativo mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. - O CONTRATADO, por ter participado da Tomada de Preço nº 007/2015, e tendo sido declarado vencedor pela Comissão de Licitações, compromete-se ao fornecimento dos exames laboratoriais de média e alta complexidade constantes na Comunicação de Resultados de Processo Licitatório, parte integrante deste objeto.

2. - O CONTRATANTE poderá ampliar ou diminuir os produtos contratados até o limite previsto na Lei 8.666/93.

3. - Os exames laboratoriais deverão ser dispostos à municipalidade sempre que solicitados pelo município através da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Maximiliano de Almeida, nas quantidades que se fizerem necessárias e previamente AUTORIZADAS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os exames laboratoriais deverão ser realizados numa distância máxima de 150 km da sede do Município contratante.

4. - O pagamento dos exames laboratoriais será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação do documento fiscal e fatura correspondente.

6. - A CONTRATADA é a única responsável por todas as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas decorrentes da execução do presente instrumento.

7. - Se por culpa da CONTRATADA não forem cumpridas as condições estabelecidas neste instrumento, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) - advertência;

b) - multa sobre o valor total do contrato:

- de 5% pelo descumprimento da cláusula contratual a norma da legislação pertinente;

- de 4% nos casos da entrega ocorrer com qualquer irregularidade ou no caso de não comparecimento para realizar a coleta;

c) - rescisão do contrato.

7. - A multa prevista no item "b" da cláusula anterior caberá a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar 20% do valor total do contrato, sem prejuízo de cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público.

8. - Rescindido o contrato por culpa única da CONTRATADA, esta sofrerá além das consequências previstas no presente instrumento, também aquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Maximiliano de Almeida

9. - O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, nas seguintes condições:

- a) Nas previstas nas cláusulas anteriores;
- b) Pela alteração casual, ou modificação da finalidade ou da estrutura do contrato que prejudique a execução do contrato;
- c) Por razões de interesse de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Município, exarado no competente procedimento administrativo;
- d) Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- e) Pela ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual;

10. - As despesas decorrentes desta contratação serão empenhadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal de Saúde

01 - Secretaria Municipal de Saúde

2006 - Manutenção dos Serviços de Saúde

339039000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

11. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

12. - O gestor e responsável por controlar e prestar informações referentes a presente contratação é o Secretário Municipal da Saúde.

13. - O contrato de fornecimento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos ou enquanto perdurarem as quantidades licitadas, no caso haver interesse da administração, até o máximo previsto na Lei de Licitações.

Parágrafo Único - No caso de não haver renovação do contrato retro, fica o Município dispensado da aquisição de eventual excedente do objeto licitado.

14. - Fica eleito o Foro da Comarca de Marcelino Ramos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da plena e fiel execução deste Contrato.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato Particular de Prestação de Serviços em quatro trêes de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais para que produza seus legais efeitos.

Maximiliano de Almeida, em 27 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA
CELSO BALDISERA

HOSPITAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO

Testemunhas:
